

HENRY MORSE STEPHENS

PORTUGAL
A HISTÓRIA DE UMA NAÇÃO

Tradução de
Silva Bastos

alma
dos
livros

info@almadoslivros.pt
www.almadoslivros.pt
facebook.com/almadoslivrospt
instagram.com/almadoslivros.pt

A presente edição segue a grafia do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

© 2017

Direitos desta edição reservados
para Alma dos Livros

Título: *Portugal: A História de Uma Nação*

Título original: *The Story of the Nations: Portugal*

Autor: Henry Morse Stephens

Tradução: Silva Bastos

Revisão Científica: Oliveira Martins

Revisão: Domingas Cruz

Paginação: Maria Vitorino

Arranjo de capa: Duarte Lázaro / Alma dos Livros

Ilustração de capa: © Alejandro Colucci

Impressão e acabamento: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-99705-4-0

Depósito legal:

1.ª edição: março de 2017

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida em qualquer forma sem permissão
por escrito do proprietário legal, salvo as exceções
devidamente previstas na lei.

ÍNDICE

Capítulo I 15

História primitiva

Importância, caráter distintivo e interesse da História portuguesa. Gregos, fenícios e romanos. Portugal não é a antiga Lusitânia. Influência de Roma. Os visigodos. Papel dos muçulmanos. Os príncipes cristãos iniciam as suas incursões. Fernando, o *Grande*, toma Coimbra. Empresa dos almorávidas. Formação do Condado de Portugal.

Capítulo II 27

O Condado de Portugal. D. Teresa

Características de Henrique de Borgonha, primeiro conde de Portugal. A condessa D. Teresa. Sua política. O conde Henrique peleja em Espanha. Sua morte. A regência de D. Teresa. A nobreza e os bispos. D. Teresa intitula-se infanta. Batalha de S. Mamede. D. Teresa introduz as ordens militares religiosas. Morte de D. Teresa.

Capítulo III 37

*Constituição do reino de Portugal.**O reinado de D. Afonso Henriques*

Juventude de D. Afonso Henriques. Heroísmo de Egas Moniz. Guerras galegas. D. Afonso Henriques assume o título de rei. É reconhecido pelo papa. Tratado de Zamora. Independência ganha pelas guerras galegas. Situação dos mouros. Primeira guerra de D. Afonso contra os mouros. Vitória de Ourique. Lendas relacionadas com esta vitória. Guerras de conquista. Tomada de Santarém e Lisboa. Auxílio dos cruzados ingleses. Conquista de Alcácer do Sal. Tratado de Celanova. D. Afonso prisioneiro em Badajoz. Tréguas com os mouros. Lutas posteriores. Grande vitória sobre os mouros em Santarém. Morte de D. Afonso Henriques.

Capítulo IV 55

Delimitação das fronteiras do reino

Reinado de D. Sancho II. Êxito dos mouros. Administração interna de D. Sancho. Lutas com o clero e o papado. Casamentos dos filhos. Reinado de D. Afonso II, o *Gordo*. Reconquista de Alcácer do Sal e derrota dos mouros. Chegada dos monges. Reinado de D. Sancho II. Conquista de Elvas. Divergências com os bispos. Deposto pelo papa. Reinado de D. Afonso III. Conquista do Algarve. Aliança com o povo. As Cortes. Morte do rei.

Capítulo V 71

A consolidação do reino

Reinado de D. Dinis. A ordem de Cristo. Administração interna. Proteção à literatura. Poesia portuguesa. Estâncias de Camões sobre D. Dinis. D. Afonso IV, o *Bravo*. Vitória do Salado. Amizade entre Portugal e Inglaterra. Assassínio de D. Inês de Castro. D. Pedro, o *Cruel*. D. Fernando, o *Formoso*. A rainha D. Leonor. Distúrbios em Lisboa. Guerra entre Portugal e Castela. Perversidade da rainha. Tratado de Salvaterra. Revolução portuguesa capitaneada por D. João,

Mestre de Avis. Defesa de Lisboa. D. João I é eleito rei. Vitória de Aljubarrota. Tratado de Windsor e aliança com João de Gante. Pazes com Castela.

Capítulo VI 91

Portugal durante o período dos Descobrimentos

Política de D. João I. Aliança com a Inglaterra. Administração interna. Poderio da fidalguia. Conquista de Ceuta. Os filhos do rei. Progresso da literatura portuguesa. Reinado de D. Duarte. Expedição a Tânger. O *Príncipe Constante*. Discórdia acerca da Regência. D. Pedro regente. Derrota na batalha de Alfarrobeira. Reinado de D. Afonso V, o *Africano*. Expedições a África. Guerra com Castela. Derrota em Toro. O patrocínio à literatura.

Capítulo VII 107

Os navegadores portugueses

Infante D. Henrique, o *Navegador*, e a sua obra. Importância de um caminho marítimo direto para a Índia. Descoberta da Madeira. Lenda de Robert Machim. Descoberta dos Açores. Passagem do cabo Bojador. Início da escravatura com o tráfico dos escravos africanos. Descobrimto da Guiné e de Cabo Verde. Viagem de Cadamosto. Morte do infante D. Henrique. Passagem do equador. Descobrimto do Congo. Alcança-se e dobra-se o cabo da Boa Esperança.

Capítulo VIII 119

Período heroico de Portugal

D. João II, o *Príncipe Perfeito*. Fim do poderio da nobreza. Política externa, Tratado de Tordesilhas com a Espanha. Aliança com a Inglaterra e favorecimento das explorações. A Corte. D. Manuel, o *Afortunado* ou *Venturoso*. Expulsão dos judeus. Política e casamentos. Descobrimentos dos portugueses. Os gérmenes da decadência. D. João III. Sua política. Abandono dos portos marroquinos. Corrupção na Corte.

Rápido despovoamento de Portugal. A Inquisição e os jesuítas.
Morte de D. João III.

Capítulo IX 137

Os portugueses na Índia e nos mares orientais

Interesse romântico da História portuguesa na Índia. Viagem de Vasco da Gama. Situação da Índia à chegada dos portugueses. O regresso destes. Viagem de Cabral e vitória de Pacheco. A vice-realeza e governo de Almeida e de Albuquerque. Conquista de Goa. Estabelecimento de uma feitoria em Malaca e ataque a Áden. Política de Albuquerque. Governo dos seus antecessores. Política e características do seu governo. Os missionários cristãos. S. Francisco Xavier. Vice-realeza de D. João de Castro. Vitória em Diu. Sucessores de Castro. Estabelecimentos no sueste de África. Os portugueses em Malaca e nas *Ilhas das Especiarias*. Suas comunicações com a China e Japão. Peregrinação de Mendes Pinto. Energia extraordinária dos portugueses na Ásia.

Capítulo X 161

Os portugueses no Brasil

Importância do Brasil para Portugal. Descoberta desse país por Pedro Álvares Cabral. Espanha desiste das suas pretensões. Os indígenas. Os primeiros tempos. Os primeiros colonos e seu governo. Emigração de Portugal. O governo de Tomé de Sousa. Os jesuítas e a sua obra. O governo de Duarte da Costa. Tentativa dos huguenotes franceses para se estabelecerem no Brasil.

Capítulo XI 173

Os últimos reis da Casa de Avis.

D. Sebastião e D. Henrique

Decadência rápida de Portugal. D. Sebastião sobe ao trono. Regência da rainha D. Catarina. Regência do cardeal D. Henrique. Caráter de D. Sebastião. O seu ânimo belicoso.

Os portugueses na Índia. Defesa de Goa por Ataíde. D. Sebastião decide invadir Marrocos. O pedido de auxílio ao estrangeiro. Preparativos da invasão. Desembarque em África. Derrota em Alcácer-Quibir. Morte de D. Sebastião. Reinado do cardeal D. Henrique.

Capítulo XII 189

Literatura portuguesa. Camões

O período áureo da literatura portuguesa. Renascimento dos estudos clássicos. História da Universidade de Coimbra. Gil Vicente. Bernardim Ribeiro. Sá de Miranda. António Ferreira. Camões. Sua vida. *Os Lusíadas*. João de Barros. Outros escritores. Decadência da literatura portuguesa.

Capítulo XIII 205

Os sessenta anos de cativo

Os pretendentes à coroa de Portugal. Derrota do prior do Crato. Filipe II de Espanha reconhecido como rei de Portugal. Esforços posteriores e morte do Prior do Crato. Os falsos D. Sebastião. Governo de Espanha e suas consequências desastrosas. Reinado de Filipe II. Os portugueses na Ásia. Conquista de Kandy. Os missionários e a Inquisição. Holandeses e ingleses destroem poderio português na Ásia. Os holandeses no Brasil. O conde Maurício de Nassau. Consequências da administração espanhola.

Capítulo XIV 219

A Revolução de 1640

Descontentamento dos portugueses administrados pelos espanhóis. Auxílio de Richelieu. O duque e a duquesa de Bragança. A duquesa de Mântua e seus conselheiros. Preparativos da revolução. Os chefes. A revolução do dia 1 de dezembro de 1640. Duque de Bragança coroado com o título de D. João IV. Auxílio da Holanda e da França. A conspiração do duque de Caminha. Vitória do Montijo. Brasil expulsa os holandeses.

Guerra com a Holanda. O desânimo do rei e a promessa de abdicar. Aliança com a França. Morte de D. João IV.

Capítulo XV 235

A aliança inglesa

Regência da rainha D. Luísa de Gusmão. Schomberg organiza o exército. Vitória de Elvas. Casamento de Carlos II de Inglaterra com D. Catarina de Bragança. D. Afonso VI declara-se de maioridade. O ministério de Castelo Melhor. Vitória dos portugueses. Revolução palaciana. D. Pedro regente. Paz com a Espanha. O governo de D. Pedro II, como regente e como rei. Política externa. Morte de Carlos II de Espanha. O Tratado de Methuen e suas consequências. Guerra da Sucessão de Espanha. Morte de D. Pedro II. Decadência do poderio português na Ásia. Descoberta do ouro no Brasil.

Capítulo XVI 249

Portugal no século XVIII. O marquês de Pombal

Portugal no século XVIII. Subida ao trono de D. João II. Fim da Guerra da Sucessão. Política pacífica do rei. O seu reinado longo e próspero. Subida ao trono de D. José. A primitiva carreira de Pombal. O terramoto de Lisboa. Pombal, primeiro-ministro. Ataque aos jesuítas. A conspiração dos Távoras. Expulsão dos jesuítas. Guerra curta com a Espanha. Supressão da ordem dos jesuítas. Morte de D. José. A administração de Pombal. As suas grandes reformas. Subida ao trono de D. Pedro III e de D. Maria II. Queda de Pombal. O reinado de D. Pedro III e de D. Maria II. Os portugueses na Índia durante o século XVIII. Prosperidade do Brasil. Descoberta de diamantes no Brasil. Literatura no século XVIII.

Capítulo XVII 273

O período da Revolução Francesa. A Guerra Peninsular

A Revolução Francesa. Perseguição aos seus adeptos. D. João manda auxílio a Espanha na guerra contra a França. Espanha

abandona Portugal no Tratado de Basle. Tratado de San Ildefonso. Aliança com a Inglaterra. D. João é declarado regente. Guerra de 1801. Tratado de Badajoz. Política de Napoleão contra Portugal. Missão de Lannes. Tratado de Fontainebleau. Junot invade Portugal. Regente foge para o Brasil. A administração de Junot. Formação da Legião Portuguesa. Insurreição geral contra Junot. Portugueses pedem auxílio a Inglaterra. Vitória do Vimeiro e Convenção de Sintra. Soult ocupa o Porto. A sua expulsão. Beresford reorganiza o exército português. A regência. Massena em Torres Vedras. As tropas portuguesas durante a Guerra Peninsular. Conclusão da guerra. Morte da rainha D. Maria Francisca.

Capítulo XVIII 291

Portugal no século XIX.

Guerras civis e o estabelecimento do governo parlamentar

D. João VI, a rainha e os seus filhos, D. Pedro e D. Miguel. Revolta do Porto e Lisboa contra a regência. Brasil declara-se independente. Revogação da constituição. Morte de D. João VI. Influência do exército. A carta de 1826. Abdicação de D. Pedro IV em favor de D. Maria II. D. Miguel, regente. Aclamação como rei. Reinado de D. Miguel. A guerra miguelista. Convenção de Évora Monte. Reinado de D. Maria da Glória. Guerras civis e pronunciamentos. Período do governo parlamentar pacífico. Reinados de D. Pedro e de D. Luís. Aclamação de D. Carlos I. Estabelecimentos portugueses em África. Prosperidade material. Rejuvenescimento literário. A História de Portugal e as suas lições. Conclusão.

Capítulo I

História primitiva

A nação portuguesa é um produto da sua História: isto dá à História de Portugal um valor eminente. Geograficamente, este pequeno reino é uma parcela da Península Ibérica, sem limites naturais que permitam distingui-lo do maior território da Península, a vizinha Espanha.

Os portugueses descendem da mesma origem que os espanhóis e a sua língua é parecida com o castelhano. A sua História primitiva confunde-se com a do resto da Península e, não fossem dois grandes homens, D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, e D. João I, o fundador da Dinastia de Avis, Portugal não ocuparia hoje um lugar entre as nações independentes da Europa. O primeiro monarca fez dos seus domínios um reino semelhante aos de Leão, Castela e Aragão; o segundo deu o impulso às explorações marítimas, que conferiram ao reino uma individualidade e uma existência nacional de que justamente se orgulha.

Quando Filipe II anexou Portugal, em 1580, foi, pelo menos, um século atrasado para se poder ter operado a fusão de portugueses e espanhóis. Já então haviam vivido Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque e outros grandes capitães e exploradores, que ensinaram à Europa o caminho marítimo para a Índia; e a

língua portuguesa tinha-se transformado em uma grande língua literária, com o génio de Camões e de Sá de Miranda.

Cônsua da sua história nacional, a nação portuguesa separou-se outra vez da Espanha em 1640 e, com o apoio das nações da Europa, conservou a sua existência independente durante o século XVIII. Houve algumas probabilidades de uma união com a Espanha, no começo do século XIX, quando, após a conclusão da Guerra Peninsular contra Napoleão, certos estadistas chamaram a atenção para a anomalia de a Península Ibérica ficar dividida em dois reinos distintos; em breve surgiu, porém, uma geração de grandes historiadores e poetas, rememorando ao povo os dias do fastígio português e as glórias do passado, de modo que se tornou impossível aos portugueses de então perderem a consciência da sua individualidade nacional.

Mas a História de Portugal, além de possuir um interesse particular, mostrando-nos como uma pequena parte da Península Ibérica manteve uma existência à parte, apresenta também um pronunciado caráter dramático, especialmente durante a época em que Portugal esteve à frente das nações da Europa. O extraordinário vigor revelado pelos habitantes deste cantinho da Europa, na última metade do século XV e na primeira metade do século XVI, é, em todos os sentidos, notabilíssimo. Não só foram os navegadores portugueses os primeiros que tentaram a costa oeste da África, nuns pequenos barcos em que marinheiros modernos dificilmente estimariam atravessar o canal da Mancha, mas até ousaram dobrar o cabo da Boa Esperança e navegar através do oceano Índico até à Índia e Ceilão. Daí aventuraram-se a tornear o promontório de Singapura e estabeleceram-se em Macau, de onde exploraram as costas da China e do Japão. Seguindo outro rumo, para oeste, atravessaram o Atlântico, descobrindo e colonizando o Brasil. Lisboa tornou-se o entreposto e o centro de distribuição dos produtos do Oriente e atingiu um grau de riqueza e luxo sem rival desde os tempos da Roma Antiga.

A história dos conquistadores portugueses na Índia, durante os primeiros cem anos que se seguem à descoberta do caminho marítimo pelo cabo da Boa Esperança, é um grande romance.

A vastidão dos seus planos, a grandeza das suas façanhas e a nobreza de caráter dos seus grandes capitães combinam-se para constituir os elementos de uma narração de interesse inexcelsível. E, quando nos lembrarmos de que os soldados e marinheiros destes grandes descobridores e conquistadores eram habitantes da nação mais pequena da Europa, o seu êxito parece-nos ainda mais extraordinário e o interesse na história da nação que educou os heróis portugueses mais absorvente.

Como sucede invariavelmente durante o período heroico na história das nações, a literatura e as artes floresceram a um tempo mercê do brilho que lhes comunicaram as proezas militares e navais; e como um Spenser e um Shakespeare ilustram o reinado de Isabel em Inglaterra, de par com um Drake e um Raleigh, assim também a época de Vasco da Gama e Albuquerque em Portugal pôde gloriar-se com a existência de Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões. Além disso, a queda abrupta de Portugal, precipitada do alto do seu período heroico de grandeza e riqueza para um lugar mínimo entre as nações, é tão cheia de grandes ensinamentos como a história da sua elevação.

Da mesma forma que a cavalaria, estimulada por uma incessante luta com os mouros e pela aspiração a grandes feitos, incitados pela liberdade e bom governo de reis dignos, produziu uma raça de heróis, assim o desenvolvimento do luxo e o absolutismo, servidos pela estreiteza de vistas de uma dinastia de fanáticos, fizeram Portugal perder o lugar eminente que os seus heróis lhe haviam conquistado. Dá isto margem a grandes ponderações e matéria para eloquente lição, porque o elevado valor da História está precisamente em nos ensinar tais verdades: verdades que são eternas ao passo que as nações nascem e morrem.

A história primitiva da região que tomou o nome de Portugal, do condado que formou o núcleo do futuro reino, é idêntica à do resto da Península Ibérica, merecendo, contudo, uma ligeira nota por causa de uma tão antiga como errônea opinião, imortalizada pelo título do famoso poema de Camões, e que ainda não pôde ser expurgada completamente das ideias modernas. Portugal, assim como o resto da Península, foi originariamente habitado

por homens das idades pré-históricas e os vestígios desses antigos habitantes, seus utensílios e armas encontram-se frequentemente.

Esta população pré-histórica, da qual muitos querem ver reminiscências nos bascos das vertentes dos Pirenéus, foi conquistada pela primeira onda da grande raça ariana que se espalhou por toda a Europa. Essa primeira onda, a dos celtas, ter-se-ia fundido com os iberos ou bascos primitivos, originando essa fusão as cinco tribos que habitaram a Península Ibérica e a que Estrabão chama cântabros, vascões, asturianos, galaicos e lusitanos. Os celtiberos possuíam incontestavelmente elementos de civilização, sendo um dos mais interessantes monumentos dessa civilização pré-romana, sem dúvida, a Citânia de Guimarães, acerca da época exata da qual tem havido longas discussões entre os arqueólogos.

Desde uma época muito remota, os celtiberos tinham aprendido a arte da escrita e é um facto digno de ser observado que a formação das letras do seu alfabeto tem mais analogia com os caracteres gregos do que propriamente com os fenícios. Torna-se isto ainda mais digno de nota quando sabemos que os fenícios, e não os gregos, figuram na história como monopolizadores do tráfego da Ibéria. Os cartagineses, ainda que tivessem colónias espalhadas por toda a Península, estabeleceram o seu domínio principalmente ao sul e leste da mesma Península, tendo a sua capital em Cartagenha ou Nova Cartago, e, ao que parece, desprezaram as províncias mais bárbaras do norte e do ocidente.

Isto explica a razão por que os romanos encontraram maior resistência para subjugar estas últimas províncias relativamente à que haviam tido ao tomarem posse das outras, já conquistadas pelos cartagineses. A princípio, os romanos ficaram satisfeitos com essas províncias, que lhes haviam sido entregues após a conclusão da segunda guerra púnica, mas, ainda assim, começaram a expandir-se pelos distritos até então desocupados.

Em 189, a.C., Lúcio Emílio Paulo derrota os lusitanos; em 185, Caio Calpúrnio transpõe a linha do Tejo. Não nos cumpre expor aqui a conquista gradual operada pelos romanos nessa parte da Península que inclui o moderno reino de Portugal, mas é forçoso falar do famoso pastor Viriato, que sustentou uma porfiada

luta contra os romanos desde 149, a.C. até que foi assassinado em 139 a.C., sendo por isso reivindicado como o primeiro herói nacional português. Esta afirmação baseia-se na pretendida identificação do moderno Portugal com a antiga Lusitânia, identificação que se estabeleceu na literatura portuguesa, e tem sido aceite, em geral, até aos tempos mais recentes. O primeiro que afirmou a identidade de Portugal e da Lusitânia foi D. Garcia de Meneses, bispo de Évora, que viveu nos reinados de D. Afonso V e D. João II, no último quartel do século xv. Anteriormente, os dois termos eram empregados sempre distintamente pelos cronistas, como Lucas de Tui, no seu *Chronicon Mundi*, e Mateus de Pisa na sua *Guerra de Ceuta*. Esta identificação errónea espalhou-se ainda mais no tempo da Renascença e da restauração da ciência, sendo genericamente aceite em finais do século xvi, e exagerada pelos próprios títulos de livros como a *Monarquia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito, e *Antiquitatibus Lusitaniae* do grande antiquário André de Resende. De facto, os escritores portugueses dessa época deliciavam-se em dar a Portugal o nome clássico de Lusitânia e Camões, verdadeiramente o maior entre eles, com o título do seu famoso poema épico *Os Lusíadas*, consagrou para sempre esse equívoco na literatura portuguesa.

Esta identificação teve consequências históricas importantes. Partindo de tal princípio, escritores posteriores falaram dos portugueses como de um ramo distinto da população celta da Península Ibérica, idêntico ao da tribo dos lusitanos de que fala Estrabão. Afora isso, identificaram-nos com os lusitanos que lutaram com tanto denodo contra a república romana, sob o comando de Púnico e de Viriato; respingaram citações dos historiadores latinos, em que se descreviam os lusitanos, e tiraram daí conclusões sobre o modo como as características dos antigos lusitanos ressurgiram séculos depois nos portugueses.

A identificação de duas nações tem de assentar na perfeita sucessão, quer da raça, quer do território, e tal identidade não se observa em nenhum dos dois casos. A tribo céltica dos lusitanos habitava, segundo Estrabão, os distritos ao norte do Tejo, ficando ao sul e ao longo do Guadiana outras tribos de celtas, ao passo

que a Lusitânia dos historiadores latinos da república abrange incontestavelmente o sul do Tejo, ainda que a palavra Lusitânia não fosse empregada para denominar uma província até ao tempo de Augusto, quando a velha divisão da Península em Espanha Citerior e Espanha Ulterior foi substituída pela divisão em Bética, Tarraconense e Lusitânia. Nem nessa divisão, nem na divisão da Península nas cinco províncias de Tarraconense, Cartaginense, Bética, Lusitânia e Galícia, feita por Adriano, coincide a província chamada Lusitânia, nos seus limites, com o moderno reino de Portugal. Tal nome, em qualquer dessas divisões, foi dado a um distrito do sul do Douro, excluindo assim as modernas províncias do Minho e de Trás-os-Montes.

É importante sublinhar o alcance deste ponto porque assim se prova o facto de a História de Portugal, por muitos séculos, se confundir com a do resto da Península, e se explica por que motivo é ocioso estudar as guerras dos lusitanos com a república romana, como por vezes se tem feito nas histórias portuguesas. Portugal, como o resto da Península, foi completamente latinizado no tempo do Império Romano. Fundaram-se colónias e municípios romanos nos portos comerciais, como Lisboa e Porto, ou nos pontos estratégicos das estradas militares, como Lamego, Viseu, Évora e Mértola. Adotaram-se na generalidade as instituições romanas e a língua latina sobrepujou os velhos dialetos célticos. Às principais povoações portuguesas, como as do resto da Península, foi concedido o *Ius Latinum* por Vespasiano e todos os habitantes se tornaram cidadãos romanos pelo famoso decreto de Caracala.

A influência do poderoso domínio de Roma deixou vestígios em toda a Península em grau tão elevado em Portugal como na Espanha. O direito português baseia-se no velho direito romano, assim como a língua portuguesa provém do latim; e muitas instituições portuguesas mostram a influência direta do governo dos romanos. Esta influência é notável no que diz respeito às instituições municipais. Com efeito, muitas cidades portuguesas podem orgulhar-se de possuir uma autonomia desde o tempo do Império Romano; os *duumviri* e os *boni homines* dessa época têm

os seus sucessores diretos na organização municipal da atualidade. Durante esses dias de paz e prosperidade, Portugal acolheu igualmente a religião cristã e abraçou-a tão cordialmente como a França e a Espanha, fundando-se bispados que ainda hoje existem. Nas coisas de ordem material, o domínio de Roma deixou vestígios profundos nas estradas e nas pontes construídas por essa raça de engenheiros, no aqueduto e ruínas do templo de Diana em Évora e em outros monumentos.

Este estado de paz sob o poder de Roma prolongou-se até ao começo do século v, quando os godos estenderam, pela primeira vez, os seus domínios além dos Pirenéus. Durante a primeira ocupação dos bárbaros, os suevos apoderaram-se da Galiza e da Tarraconense, os alanos tomaram a Lusitânia e a Cartaginense e os vândalos a Bética ou Andaluzia. A irrupção dos visigodos fê-los mudar de lugar. Os alanos e os vândalos passaram para África e os suevos ocuparam a Bética e a Lusitânia. O império visigótico deixou leves vestígios em Portugal, mais leves ainda que em Espanha, e a nobreza de Portugal não invoca, em regra, à maneira da espanhola, a sua origem gótica. Etnologicamente, o elemento gótico é muito insignificante em Portugal.

Ataúlfo, que casara com a irmã do imperador romano Honório, varreu os bárbaros anteriores de toda a Espanha, com exceção da Galiza, onde a monarquia sueva se manteve até 584.

A Galiza compreendia então a parte dos territórios portugueses que desce até ao Mondego. Enquanto o Império Romano deixou tantos vestígios do seu domínio e reformou inteiramente a língua e a civilização, tanto em Portugal como em Espanha, o dos visigodos – que durou quase tanto tempo – deixou muito poucos. Este facto tem a sua explicação na assimilação natural por essa raça com baixo grau de civilização das leis e costumes de um povo superior. O número de romanos que se estabeleceram na Península deve ter sido muito pequeno; apesar disso, os celtas adotaram a sua língua e civilização, ao passo que os conquistadores visigóticos, por outro lado, adotaram a religião e a civilização do povo que tinham conquistado. O domínio visigótico atingiu o seu zénite no reinado de Eurico, na segunda metade do século v, e desde

então declinou rapidamente, dilacerado por dissensões internas, e especialmente pela luta enorme que se travou entre a nobreza e os prelados da igreja cristã. Foram os dirigentes deste último partido, o conde Julião e o bispo Oppas, que chamaram para a Espanha os muçulmanos da África; e foi em combate contra eles que Roderico, último rei visigodo, morreu próximo de Xerez, na batalha do Guadalete, em 711.

Quanto à história dos maometanos na Península, basta notar que sob a sábia e tolerante governação dos sultões omíadas, Portugal e Espanha mantiveram a prosperidade de que tinham gozado sob o domínio dos imperadores romanos e dos reis visigodos, e que as velhas colónias e municípios romanos conservaram a antiga constituição, crescendo Lisboa e Porto em riqueza e importância comercial. Embora os árabes fossem conquistadores fanáticos, os omíadas foram governantes ilustrados; a religião cristã foi protegida, se bem que não favorecida, enquanto os bispos cristãos se abstiveram de contender ativamente com os muçulmanos.

Também em Portugal, devido certamente à sua distância de Córdova, as prerrogativas do governo foram concedidas quase por completo aos moçárabes: assim se chamaram os que, mantendo a sua crença cristã, adotavam todavia os costumes e língua dos árabes, compreendendo a importância de evitar que os sectários das duas religiões viessem às mãos. Mas este pacífico estado de coisas não tinha de durar muito; a Península Ibérica, que se conservara próspera sob o poder de romanos, visigodos e maometanos, estava destinada a sofrer séculos de encarniçadas guerras que haviam de talar os campos e destruir as cidades, mas nas quais se formaria uma raça de bravos e cavaleirosos guerreiros. O povo da Península, sob o domínio dos soberanos estrangeiros, tornara-se brando e fraco, ocupado apenas em acumular riquezas, com as quais vivia na abundância, no conforto e no luxo. Os vestígios arquiteturais dos primeiros dez séculos da era cristã até à queda do califado de Córdova mostram-nos o requinte de conforto que a população atingira; mas a fácil conquista dos visigodos e mouros prova também que ela enfraquecera pela ação do luxo.

Durante os cinco séculos seguintes, e já antes, desde que o movimento de reconquista cristã começara nas Astúrias, no princípio do século xvii, aparece uma nova ordem de coisas. Os campos e as cidades, tanto de Espanha como de Portugal, são devastados e destruídos por efeito de terríveis guerras, erguendo-se uma raça de soldados educados nas leis e costumes da cavalaria, que, mais tarde, não tendo já onde despender as suas energias no país, estende, através do Atlântico, o seu poderio à Índia, e até ao Novo Mundo, então ainda por descobrir. Não questionavam o que era preferível – levar uma vida de luxuosa quietação ou ser guerreiros; não podiam optar. Mas não se deve esquecer, assistindo ao gradual desenvolvimento desta raça de guerreiros em Portugal, que a ela coube, quando formada, realizar grandes obras em benefício da Europa e o adiantamento de uma civilização superior à dos séculos tempestuosos de que saía.

Na transição para o século x, quando o califado Omíada decaiu, os príncipes cristãos de origem visigoda, encastelados nas montanhas das Astúrias, redobram os esforços nos seus ataques ao poderio que declinava e, no reinado de Afonso III (866-910), já os limites dos territórios cristãos se tinham fixado a sul e a sueste pela linha do Douro. Na primeira metade do século xi extinguiu-se finalmente o grande califado árabe; os emires muçulmanos declararam-se independentes em todas as grandes cidades e os príncipes cristãos sustentavam contra eles incessantes e felizes guerras. Nestas guerras, as populações tomavam uma parte mínima. Os exércitos muçulmanos compunham-se de guarnições recrutadas principalmente em África, ao passo que os exércitos cristãos se constituíam com a cavalaria fidalga dos foragidos asturianos e com adventícios, soldados de fortuna.

Cada um dos exércitos distinguia-se por características diferentes. A força dos mouros consistia na sua perfeita disciplina militar e absoluta obediência aos generais; a dos cristãos no novo impulso de valor transmitido individualmente a cada guerreiro pelas leis da cavalaria. Em ambos os lados, a ambição pessoal era um incentivo; os generais mouros aspiravam a ser emires, os cavaleiros cristãos a ser condes. Em ambos os exércitos, os melhores

soldados eram estranhos à Península. De um lado eram africanos; do outro de origem goda, ou melhor ainda, a flor da cavalaria do norte europeu, homens que vinham conquistar as suas esporas nas guerras contra os infiéis, admiradores e imitadores, especialmente do Cid, Ruy Diaz de Bivar. Entre os exércitos contendores, as populações da zona média da Península eram esmagadas; as das montanhas do norte, viam-se obrigadas, pelo costume da guerra, a pegar em armas para seguirem os seus senhores e, um século ou dois mais tarde, as do centro, por força ou por necessidade, fizeram-se também guerreiras, rechaçando os mouros para África.

O século XI tornou-se notável, a princípio, por grandes feitos cristãos, especialmente no ocidente da Península. Em 1055, Fernando, o *Grande*, rei de Leão, Castela e Galiza invadiu a Beira; em 1057, tomou Lamego e Viseu; em 1064, Coimbra, onde faleceu no ano imediato. Dispôs o governo das suas conquistas pela única forma possível no sistema do tempo, constituindo-as num condado, que se estendia até ao Mondego, com Coimbra por capital. O primeiro conde de Coimbra foi Sesnando, um moçárabe, que, tendo o senhorio de Tentúgal, vivia com os árabes na corte de Sevilha, onde reinava Ibn Amed. Sesnando aconselhou o rei Fernando a tomar Coimbra, que, apesar disso, só caiu depois de um cerco prolongado por seis meses. Defendia o conde o novo domínio do rei leonês, tanto mais que validos e emires, seus vizinhos pelo sul, o consideravam como um renegado. Mas, ainda que o condado de Coimbra, sob o governo de Sesnando, fosse a grande fronteira do condado da Galiza, e a conquista mais importante de Fernando, o *Grande*, não era daí que o reino, destinado a formar-se em seus domínios, havia de tomar a sua denominação. Entre os condados da Galiza existia um, conhecido por *Comitatus Portucalensis*, pelo facto de conter dentro dos seus limites a famosa cidade da embocadura do Douro, já conhecida na época romana pelo nome de Portus Cale e atualmente por Porto. Este condado do Porto, ou Portugal, foi o destinado a dar o seu nome ao futuro reino. Quem o governava, quando Fernando morreu, era Nuno Mendes, o fundador de uma das mais notáveis famílias na História portuguesa.

A Fernando, o *Grande*, sucederam, nos seus três reinos de Castela, Leão e Galiza, os três filhos daquele monarca: Sancho, Afonso e Garcia. Este último recebeu os dois condados de Coimbra e Porto, como vassalos da Galiza, e conservou Nuno Mendes e Sesnando, respetivamente, nos domínios que governavam. Sob a suserania de ambos contavam-se muitos vassalos, cujas terras andavam, como sempre, adscritas à obrigação do serviço militar. Não é necessário entrar agora na história das guerras sustentadas entre os filhos de Fernando. Bastará dizer que o segundo, Afonso de Leão, reuniu todos os reinos de seu pai em 1073. As vitórias dos cristãos excitaram a resistência dos muçulmanos; uma nova onda de fanatismo passou sobre os mouros de África e da Península, fundando uma nova dinastia, a dos Almorávidas, que submeteu os diferentes emires e validos, que tinham herdado os fragmentos do califado Omíada. E o império muçulmano estava unificado outra vez na Península, tendo agora a sua capital em África. A nova dinastia recrutou grandes exércitos islamitas e, em 1086, Iusuf Ibn Tashfin destroçou Afonso na batalha de Zalaca, reconquistando a Península até ao Ebro. Nessa batalha entrara em luta toda a cavalaria dos mouros e cristãos e entre estes encontrava-se Fernando, conde de Coimbra, seguido pelos seus homens. Afonso VI quis compensar-se da sua derrota e da perda de território nos seus domínios de leste por meio de conquistas no ocidente. Avançou em 1093 sobre o Tejo, ocupando Santarém e Lisboa. Fez Soeiro Mendes conde do novo distrito. Mas por pouco tempo sustentou as suas conquistas, porque os almorávidas estavam então no apogeu da sua fortuna e os seus exércitos tornavam-se por assim dizer irresistíveis, mercê do novo fanatismo que lhes fora inspirado. As suas conquistas a leste da Península, depois da batalha de Zalaca, foram seguidas de rápidas vitórias no ocidente. Em 1093, Seyr, general do califa almorávida Iusuf, tomou Évora ao emir de Badajoz; em 1094, tomou a própria Badajoz e matou o emir, e, retomando Santarém e mais tarde Lisboa, continuou a sua marcha até ao Mondego. Para resistir a este recrudescimento do poder muçulmano, Afonso chamou em seu auxílio a cavalaria de toda a cristandade.

Entre os cavaleiros que vieram enfileirar-se no seu exército, para ganhar fama e senhorios, contavam-se o conde Raimundo de Tolosa e o conde Henrique de Borgonha. Ao conde Raimundo deu Afonso a sua filha legítima Urraca e a Galiza; ao conde Henrique a sua filha bastarda Teresa e os condados do Porto e Coimbra, com o título de conde de Portugal.

Vai agora a História de Portugal distinguir-se da do resto da Península; e é a partir do ano de 1097 que essa história tem o seu começo. O filho de Henrique de Borgonha foi o grande monarca D. Afonso Henriques, o herói do seu país e o fundador de uma grande dinastia. Até este momento, é impossível separar a História de Portugal da História de Espanha, e é mister pôr em evidência o facto de serem idênticas, até então, as histórias das duas nações, a fim de dissipar o erro muito comum que consiste em afirmar que portugueses e espanhóis pertencem a raças distintas. O facto de a História de Portugal não começar senão numa data relativamente recente traz-nos um outro ensinamento: as nações da moderna Europa não devem ser consideradas como tendo constituído entidades completas desde as mais remotas épocas e sim como devendo, algumas vezes, a sua autonomia nacional a circunstâncias fortuitas.

Em 1097 estava constituído o poderoso condado de Portugal. Vamos estudar a sua transformação num reino, a extensão dos seus domínios por conquistas aos mouros e a dificuldade em conservar a independência entre as outras nações da Península até ao surgimento como nação dirigente do mundo, na vanguarda da civilização europeia.